



# Anais da Assembléia

N.º 154

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1.979

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 147.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1.979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Darcy Deitos e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agualdo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### EMENDA:

#### EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único — O Art. 109 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes parágrafos:

§ 3.º — Lei Municipal poderá atribuir a quem houver exercido cargo de prefeito, em caráter permanente, representação mensal correspondente a metade dos subsídios do prefeito em exercício, vedada a acumulação com outros rendimentos de fonte pública.

§ 4.º — Por morte do beneficiário do disposto no parágrafo anterior o direito à percepção da representação transmite-se à viúva e filhos menores.”

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(aa) WERNER WANDERER

#### Apoiamento:

TÉRCIO ALBUQUERQUE, FRANCISCO ESCORSIN, TÚLIO ZANCHET, AUGUSTO CARNEIRO, RENATO BUENO, EZEQUIAS LOSSO, GILBERTO CARVALHO, JOÃO MANSUR, JURANDIR MESSIAS, FUAD NACLI, AGUALDO PEREIRA LIMA, PINTO DIAS, GABRIEL MANOEL, BASÍLIO ZANUSSO, LÁZARO DUMONT, AIRTON CORDEIRO, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, DÁCIO LEONEL e JOÃO ELÍSIO.

#### JUSTIFICATIVA:

As Constituições Federal e do Estado contemplam Presidente da República e Governador do Paraná com benefício assemelhado ao que se pretende estender aos prefeitos.

Conceder a ex-Presidentes da República e ex-Governadores, cessadas suas investiduras, amparo financeiro, negando-se benefício semelhante aos prefeitos constitui discriminação. Todos foram chefes de executivo, todos tiveram responsabilidade, ainda que de amplitude variável, todos enfrentam dificuldades ao deixar o cargo, maiores talvez os da área municipal. Não cabe distinguir; cumpre, em princípio, atender a todos.

A abrangência desse atendimento é que pode ser questionada, na esfera municipal, em função das peculiaridades e capacidade financeira de cada comuna.

Por isso mesmo, não se dá caráter imperativo à nova disposição constitucional. Sua aplicação é facultativa, não compulsória.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 59/79, que cria o Município de Nova Prata.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastos Luiz Antônio Alvear Lagos, ocorrido no último dia 31 de outubro, em Curitiba.

O infausto acontecimento veio enlutar não somente a sua família e a Igreja Apostólica Unicista mas, também, a sociedade paranaense que perdeu um dos mais dedicados integrantes com atuação no campo espiritual.

Seu magnífico trabalho pastoral de 38 anos se constituiu em exemplo aos seus filhos, quatro dos quais pastores e missionários e a seus colegas, muitos dos quais formou para o ministério evangélico.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à Igreja Apostólica Unicista no Brasil, na pessoa de seu Presidente Nacional, Rev. Adan Alvear.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NILZA PEREIRA CAMARGO, ocorrido ontem, nesta Capital.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoiamento: FUAD NACLI.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-firmado, REQUER, na forma regimental, seja inserido na ata dos trabalhos desta sessão, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Rodolfo Alves de Oliveira Júnior, ocorrido hoje, nesta Capital.

Tratando-se de pessoa de alta sensibilidade e voltado para o trabalho e para a família, serviu no Banco do Estado do Paraná em Cascavel, durante vários anos, gozando de alto conceito na região, e há anos exerce a função de gerente do Banestado em Curitiba, e por último na Agência Bacacheri.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. RODOLFO DE OLIVEIRA JÚNIOR, ocorrido hoje, nesta Capital.

O extinto exerceu diversos cargos de destaque no Banco do Estado do Paraná, sendo que atualmente exercia as funções de Gerente da Agência Bacacheri do Banestado.

Deixa viúva, a Senhora Sônia de Oliveira e quatro filhos.

Do pronunciamento do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) FUAD NACLI.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador Ney Braga, ao Secretários dos Transportes, Nivaldo Almeida Neto e ao Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, pedindo a pavimentação da Rodovia BR 476 (Estrada da Ribeira).

A justificativa decorre do fato de que essa rodovia constitui uma alternativa estratégica para a ligação Norte-Sul do Brasil, em relação a BR-116.

Além disso, ela atravessa uma região que está incluída nos planos de vitalização econômica do Governo Ney Braga. E a Cidade de Bocaiúva é a única da Região Metropolitana ainda não ligada por rodovia pavimentada à Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS.

## JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento de todos, a Estrada da Ribeira constitui uma alternativa estratégica na ligação entre o Norte e o Sul do País, em relação à BR 116.

O trecho paulista, oficialmente ligado à BR 116, já está asfaltado.

Do lado paranaense já existe asfalto nos primeiros vinte quilômetros, até a Estação Florestal do Ministério da Agricultura em Guarituba.

Falta agora o trecho entre aquele núcleo, passando por Bocaiúva, até a divisa do Paraná com São Paulo, em Adrianópolis.

Aliás, Bocaiúva é a única cidade da região metropolitana de Curitiba ainda não ligada por asfalto à Capital.

Daí a maior importância do pedido que ora faço às autoridades federais e estaduais.

A responsabilidade pela pavimentação da Estrada da Ribeira é conjunta da União e do Estado, porque além de ser uma alternativa para a ligação do Sul com o Norte brasileiro, a estrada corta uma região que está incluída nos planos de vitalização econômica do Governo Ney Braga.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, pedido de providências no sentido de solucionar o problema que vem causando à população de Apucarana o Córrego da Raposa, que o Frigorífico Santo Antônio, e Fábrica de Papel e Cortume São Carlos são os causadores da poluição no citado córrego, com proliferação de insetos e enxames de moscas e borrachudos, com perigo de transmissão de doenças às vilas que se situam próximas.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se oficie ao Dr. Osvaldo Roberto Collin, Presidente do Banco do Brasil S.A., solicitando suas providências no sentido da instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil S.A., na Cidade de Sertaneja-Pr., tendo em vista a política governamental de amparar a agricultura.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) RUBEN VALDUGA.

## JUSTIFICATIVA:

Com uma área de 32.717 ha., noventa por cento representados por terras férteis de primeira qualidade, totalmente aproveitadas com culturas anuais e permanentes, Sertaneja produziu no ano agrícola de 78/79, de acordo com levantamento feito pela ACARPA, 42.750 de soja, correspondente a um valor de Cr\$ 106.875.000,00; trigo — 41.800 toneladas que representam um valor bruto de Cr\$ 225.720.000,00, além da avicultura com 461.000 cabeças de aves de postura, distribuídas em 27 granjas.

Essas aves produziram na safra 78/79, três milhões e sessenta e duas mil dúzias de ovos, cuja produção totalizou em Cr\$ 33.682.000,00. Cite-se também o desenvolvimento da cafeicultura e da pecuária.

O seu parque de mecanização agrícola está representado por 1.316 máquinas, dentre estas 1.028 tratores e 316 colheadeiras.

Estão cadastrados na Agência do Banco do Brasil S.A. de Cornélio Procopio, 252 clientes de Sertaneja.

Assim, Sr. Presidente, a laboriosa população de Sertaneja aguarda com ansiedade o atendimento de sua maior reivindicação, que virá contribuir para o desenvolvimento econômico-social da região.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reinclusão na Ordem do Dia da próxima sessão dos Projetos de Lei n.ºs 57 e 54/79, ambos de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, que visam criar, respectivamente os Municípios de Tupãssi e Vera Cruz do Oeste, em razão do resultado do plebiscito já realizado e encaminhado a esta Casa.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

## PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 191/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 45, da Lei Complementar n.º 2, de 18

de junho de 1973, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 45 — Dependência do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos nesta lei, as deliberações sobre:

- I. rejeição de veto;
- II. rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;
- III. aprovação de representação sobre modificação territorial, sob qualquer forma, bem como sobre alteração do nome;
- IV. proposta à Assembléia Legislativa para transferência da Sede do município.

Art. 2.º — A lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

#### JUSTIFICATIVA:

O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária realizada no dia 6 de setembro passado, em face da Representação n.º 1.010-4, do Estado do Paraná, proferiu a seguinte decisão:

"Julgou-se procedente, em parte, a Representação, para se declarar a inconstitucionalidade do art. 45, Inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, j, da Lei Complementar n.º 2, de 18.6.73, do Estado do Paraná, que dispõe sobre a Lei Orgânica dos Municípios. Votação uniforme. Votou o Presidente".

Tais alíneas, do inciso I, do art. 45 são constituídas de matérias para cuja deliberação a Lei Orgânica exige "quorum" de dois terços, discrepando, assim, dos princípios basilares adotados na Carta Federal para o processo legislativo, que têm força modelar compulsória aos Estados e Municípios.

Através do Ofício n.º 59/79, - P/MC, de 18 do mesmo mês, o ilustre Presidente daquele Alto Pretório comunicou a este Poder o teor da decisão, publicada no Diário da Justiça de 12 de setembro último.

O procedimento da ação direta de declaração de inconstitucionalidade prevê a apreciação do feito por parte do Senado Federal, que certamente suspenderá a vigência dos dispositivos decretados inconstitucionais, à vista dos fundamentos da respeitável decisão judicial.

No entanto, para evitar mal-entendidos que surgirão fatalmente durante o período de tempo que decorrerá entre a data da notícia do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal e a resolução do Senado da República, e no sentido de antecipar uma solução legal satisfatória aos interesses dos municípios, entendemos oportuna a retirada da Lei Orgânica da exigência do "quorum" de dois terços para a deliberação daquelas matérias abrangidas pelo acórdão.

Em consequência, passa a prevalecer, no tocante ao número de votos para as deliberações, a regra geral contida no art. 43, da Lei Orgânica, ou seja, a maioria de votos presentes à maioria absoluta dos vereadores.

Por outro lado, permanecem submissas ao "quorum", do art. 45 (dois terços) os casos convalidados pela Suprema Corte, consoante a redação do art. 1.º, do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

O Brasil vive de paradoxos. Por isso não é considerado um País sério.

A burocracia de um modo geral é vagarosa, embrulhada, exigente, desanimadora. Para ela, não existem bom senso nem interesse público. Predomina o regime da papelada, como o sossego do burocrata é preocupação permanente.

Não adiantaram, por exemplo, a grita nesta Casa e nas Câmaras Municipais e nem os protestos dos motoristas prejudicados contra o fechamento dos portos de comunicação entre o Brasil e o Paraguai, Paraná e o Mato Grosso no Rio Paraná, como qualquer repartição pública de menor importância, os portos fecham rigorosamente às 18 horas, sem que se leve em conta a função específica deles e a relevância do papel que desempenham para a economia nacional.

A produção é o sangue da nossa economia. Transportá-la é verificar e fortalecer o organismo nacional.

Quando pois, surgem obstáculos para o escoamento da produção, é como se as artérias do organismo estivessem esclerosadas. A esclerose, como se sabe, leva a invalidez e à morte.

A experiência comprova que quem está na estrada sabe a hora de partir e nunca poderá saber a hora de chegar. Há os imprevistos de viagem - pneu furado, "pane de motor", trânsito congestionado, neblina, chuva, barro, atoladouros. Por isso mesmo é inconcebível que os portos de acesso ao Paraguai, Mato Grosso e vice-versa, tenham de fechar burocraticamente às dezoito horas.

Será que é mais importante o descanso dos funcionários do Fisco do que a circulação de riquezas?

Tem-se observado que aumentou apreciavelmente o número de acidentes nas estradas que levam aos portos fluviais. Isso em virtude do excesso de velocidade de motoristas de automóveis e de caminhões para chegarem a eles antes da hora fatal do fechamento. Se se atrasarem no caminho, seja por que motivo for, terão de pernoitar, para fazerem a travessia somente na manhã seguinte. Não importa se está sendo transportada mercadoria perecível, ou se alguém busca socorro médico de urgência. O que importa é que o funcionário do Fisco não pode permanecer por mais um pouco, tornando-se mais tolerante, como não pode revezar-se, em turnas noturnas, para evitar a paralisação de tudo.

Alega-se que o fechamento dos portos àquela hora atrasada tem por objetivo principal o combate ao contrabando. Ora, isto é conto de carochinha.

Contrabandistas, como o próprio governo federal já o reconheceu, dispõem de recursos materiais amplíssimos, desde barcos até aviões. Não depende, portanto, de porto aberto ou fechado. Transporta o que quer à hora que quiser e para onde entender, sem dar confiança aos fiscais do Estado e da União. O suborno, por outro lado, impera na fronteira, e disso a imprensa nos informa seguidamente, pela descoberta de quadrilhas de que participam, não raro, servidores civis e militares.

Onde então a justificativa para o fechamento dos portos com incômodos e com prejuízos aos que, em situação perfeitamente legal devem ter o livre gozo do direito de ir e vir? Vale mais a comodidade de um fiscal do que o interesse de centenas de milhares de motoristas, que estão ajudando o Brasil a crescer e fortalecer-se economicamente.

Alguns nobres Deputados já se manifestaram contra essa odiosa medida, e até mesmo apelo foi dirigido ao Ministro dos Transportes e ao Governador do Estado, sem que ainda tenha vindo qualquer resposta de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha presença na sessão de hoje relaciona-se à greve pretendida pelos garis de Curitiba; humildes servidores de uma empresa que está ferindo toda a Legislação Trabalhista, que está ferindo os Direitos Humanos. Estes homens e estas mulheres pertencem a uma das classes mais atingidas pela inflação

que assola todo o País e não percebem sequer o salário mínimo vigente em nosso Estado a partir de novembro do ano em curso.

Eis aí a razão fundamental da expectativa de uma greve que poderá ocasionar um copalço no setor higiênico de nossa Capital, com a paralisação dos importantes serviços que essa gente humilde e laboriosa presta aos munícipes curitibanos, sem uma remuneração adequada.

A verdade é que os empregados da limpeza pública, vinculados à empresa "Terpa-Lipater", não podem sequer alimentar-se devidamente e menos ainda, morar decentemente em nossa capital. Tivemos oportunidade de ler, para tristeza nossa e de todos aqueles que defendem os trabalhadores do Paraná e do Brasil, as declarações feitas pelo Sr. Heliosio Heleno Ribeiro de Castro, Diretor desta empresa, desmentindo enfaticamente a propalada greve dos garis, único recurso que lhes resta, no sentido de obterem uma justa remuneração para o estafante trabalho a que se dedicam.

A empresa está pagando, segundo informações desse Diretor, Cr\$ 12,00 por hora, ou seja, Cr\$ 96,00 por dia, excluindo-se os domingos e feriados, teremos uma média de Cr\$ 2.400,00 ao mês. Menos do que o atual salário mínimo vigente.

Ora, se levarmos em conta que o serviço de arrecadação de lixo, além de pesado e estafante, é também altamente insalubre, ocasionando periodicamente as mais diversas enfermidades àqueles que se dedicam a essa profissão, conclui-se que além do salário-mínimo, deveria ser-lhes pago a taxa de insalubridade, devidas a todos aqueles homens e mulheres que lidam com os resíduos, com os detritos, com as sobras de comida e outras matérias em decomposição.

Contudo, além de Cr\$ 12,00 por hora, a referida empresa paga tão somente, a título de prêmio, Cr\$ 300,00 mensais, aos que trabalharem domingos e feriados, segundo informações desse mesmo Diretor, como forma de incentivo para que não faltem ao serviço.

Pelas declarações do Sr. Heliosio Ribeiro de Castro, estampadas no jornal "O Estado do Paraná", fica positivado que a Terpa-Lipater não paga e nem mesmo cogita pagar, Cr\$ ... 2.760,00 que é o salário mínimo vigente em nosso Estado. E menos ainda, não paga a insalubridade prevista em lei. E tais motivos, são a nosso ver, fundamentais, a justificarem o movimento previsto que está prestes a eclodir, com justificada razão.

Portanto, Sr. Presidente, pedimos, da tribuna da Assembleia, nesta tarde, para que a Prefeitura Municipal de Curitiba rescinda o seu contrato de prestação de serviços, feito com esta empresa que vem expoliando o trabalhador curitibano; que vem expoliando os garis de Curitiba; que vem roubando os garis que trabalham, até 12 horas por dia, embaixo de chuva, na calada da noite, na madrugada; limpando a cidade para que a burguesia possa por ela desfilar. Para que o povo possa, pelas ruas, esmerilhar os asfaltos e as calçadas.

Portanto, Sr. Presidente, solicitamos da Prefeitura Municipal de Curitiba, que rescinda esse contrato, para não continuar o abuso que está se fazendo em cima daqueles que não têm sequer o curso primário, porque acredito que, se tivessem, não seriam garis de uma empresa como essa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a greve dos garis de Curitiba, terá todo o nosso apoio e a nossa solidariedade. E espero que esta Casa compreenda essa situação, pois, há 3 meses atrás, no Rio de Janeiro, os garis entraram em greve e alcançaram o mínimo de cinco salários mínimos por mês. E aqui em Curitiba, nem um salário mínimo está se pagando a esses que, diuturnamente, trabalham em prol da coletividade e da saúde do nosso povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado José

Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A Capital paranaense está vivendo, nas últimas semanas, momentos de muita apreensão, face aos movimentos que estão se originando em meio à classe trabalhadora, na tentativa, na esperança de conseguir melhores níveis salariais. E não podemos nós, políticos e representantes legítimos do povo, porque temos a cumprir o nosso papel, assegurado por um mandato popular, criticar o comportamento dessa massa trabalhadora porque nada lhes pode impedir de reivindicar, ainda mais na triste e lamentável e desesperadora situação em que se encontram milhares de trabalhadores, que se vem a cada dia que passa, comprimidos pelas conseqüências da espiral inflacionária que assola este País, por sua vez, conseqüência da insensibilidade dos tecnocratas que estão espalhados pelos Ministérios.

Ontem, e sem nos referirmos ao movimento dos trabalhadores da construção civil e dos motoristas de táxi, de Curitiba, a nossa capital, esteve perto, muito perto do caos, com a paralisação de todo o serviço coletivo, de transporte de massa, trazendo transtornos e apreensões a quase 400 mil usuários. E fomos informados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pessoas estranhas à classe, mas interessadas, profundamente interessadas em agitação, procuraram tirar proveito da situação.

Fomos até mesmo advertidos por companheiros nossos, mas estávamos - também, cientes de que a maioria absoluta dos motoristas e cobradores de ônibus não estava disposta a abrigar mais elementos. Porque é uma classe ordeira, trabalhadora.

Estávamos também, sabendo que as próprias autoridades tinham conhecimento do fato, tanto é que a Secretaria de Segurança, visando assegurar a ordem e garantir o patrimônio público e particular destacou policiais para os principais terminais de ônibus, mesmo depois de feito o acordo entre patrões e empregados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo destacar nesta oportunidade, os esforços do Prefeito Jaime Lerner no sentido de solucionar dentro do mais breve tempo possível, o problema surgido com a paralisação dos serviços de transporte coletivo de Curitiba.

Nesse episódio, vimos a sensibilidade de um Chefe de Executivo municipal em relação à gravidade do momento. Sabia o Prefeito Jaime Lerner, quão importante era a solução do impasse e ele surgiu quando muita gente já admitia o caos. Por isso, louvamos as gestões do Prefeito Jaime Lerner.

Paralelamente, pretendo, nesta oportunidade, afirmar a minha revolta ante uma situação econômica e financeira por que está passando o povo brasileiro que, estupefato assistiu a decretação do último aumento nos preços dos derivados de petróleo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há algumas semanas criticamos aqui o Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, General Oziel Almeida. E voltamos a criticar o Sr. Oziel Almeida, porque não nos enganamos: é um homem insensível aos apelos que vêm à tona, de todas as classes sociais do País. É um homem que não vê a miséria e a pobreza absoluta rondando milhares de lares brasileiros. É um homem que não está vendo, ou não pretende ver, o desaparecimento da classe média brasileira. O Sr. Oziel Almeida não sabe que milhares e milhares de brasileiros, proprietários de veículos, há muito tempo acataram aos apelos do Governo, deixando seus veículos em casa e deslocando-se para seus locais de trabalho através do transporte coletivo. Isso, nós comprovamos ontem, quando as ruas de toda a cidade ficaram congestionadas por automóveis, por falta de ônibus.

Portanto, não nos enganamos em relação ao problema e não nos deixamos enganar por argumentos patrocinados

pelos tecnocratas, tentando justificar medidas de cunho eminentemente anti-popular.

Finalmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sentimos na manhã de hoje a sensibilidade do Governador Ney Braga. A ele, levamos uma série de reivindicações, uma das quais, da implantação de cursos de segundo grau em vários bairros de Curitiba, principalmente, no Pinheirinho e no Xaxim. O Senhor Governador recebeu nossa exposição com demonstração de que essas medidas serão efetivadas no seu governo, porque entende, também Ney Braga, a importância que representa para centenas de jovens a continuidade de seus estudos. E a implantação de cursos de segundo grau, no período noturno, nos bairros de nossa Capital, representa oportunidade para que centenas de alunos possam continuar seus estudos, no longo e difícil trajeto até as universidades e de sua formação profissional."

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

As greves fabricadas e as greves que estão aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e imprensa de meu Paraná, devem ser coordenadas dentro de um complexo cristão, principalmente dentro dos homens que, com as mãos calejadas, e das mulheres que, como garis, procuram provocar a limpeza de uma cidade como Curitiba, não devem ser pré-fabricadas.

Devemos, primeiramente, procurar as entidades de classe que estão defendendo o direito dos trabalhadores.

Neste instante de transição em que a Nação precisa, em que o Brasil clama por tranqüilidade, pela paz e por justiça, não podemos, com tiradas demagógicas, fomentar e fabricar greves. Nós temos que dar, principalmente, aos homens que trabalham aos motoristas de ônibus, aos empresários de táxis e aos pedreiros, um salário condizente com as suas necessidades.

Mas, nem por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, haveremos de fabricar greves com demagogia; greves fabricadas não funcionam.

Temos na Liderança de nosso Estado, o grande Governador Ney Braga, e quando se vem aqui a fomentar greves, Sr. Presidente, quando se vem aqui pedir para que se tumultue o bom andamento do nosso Estado, para que se pare o trabalho de homens e mulheres humildes, que estão trabalhando, fazendo a limpeza pública, muitas vezes não ganhando o necessário, não podemos, como dizia na mitologia grega, nos cruzarmos às problemáticas de Cícero e de outros homens que querem, dentro de uma apologia, transformar o nosso País numa baderna.

Quem quer defender os garis que vá ao seu sindicato, que vá até à sua entidade de classe, e não deixe que a cidade pare. Não deixe, Sr. Presidente, numa transição, quando a democracia desponta, e, como nós temos um chefe supremo, no Paraná, que se chama Ney Braga, homem de mão estendida, homem que está afeito aos problemas paranaenses, aos problemas de sua terra e de sua gente.

Não podemos ficar inertes aqui na Assembléia, ao vermos fabricarem greves dentro deste plenário, greves dentro do plenário do povo.

Não podemos ver o País insuflado, e, muito menos o nosso Paraná. Então, nós somos contra todos os pronunciamentos grevistas! Queremos uma solução pacífica aos homens e às mulheres que calejam suas mãos fazendo a limpeza da nossa cidade e do nosso Estado; queremos um pagamento condigno, mas, dentro da estrutura e das normas do complexo normativo do nosso País.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós somos contra qualquer greve que se insurja no Paraná!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Enquanto o Governo mobiliza as forças reacionárias numa autêntica operação "caça às bruxas", numa operação "caça-comunista" e "caça-subversivo", as forças populares gradativamente vão se organizando. Os trabalhadores, aos poucos vão se conscientizando, que a melhor maneira de alcançar os seus objetivos é através da mobilização pacífica e ordeira, porém, constante e firme.

Conversamos esta manhã com diversos operários lá na Praça do Atlético, e, pudemos sentir que o povo não tem mais receio algum de ir à praça e gritar por um futuro melhor. Acabou o medo! O estômago fala mais alto do que a razão. Curitiba, de uns dias para cá, está parecendo uma praça de guerra — as praças que sempre foram do povo, estão tomadas por soldados armados até os dentes, um aparato que chega a assustar a população. Mais uma vez, o Governo coloca a política contra o povo, numa forma clara de intimidar. E por que tanto medo do povo? O povo é pacífico, o povo quer comida, quer segurança e bons salários — o que a gente está observando, é u'a manobra astuciosa engendrada nos escuros porões da ditadura, criando-se uma situação de fato, para justificar um novo golpe de direita neste País. Mas o povo está alerta. Ele já foi enganado em 64, e ninguém consegue enganar ao mesmo tempo um povo ou o mesmo povo, por tanto tempo. As últimas declarações dos Ministros das Forças Armadas precisam ser analisadas de forma profunda; elas contêm, de maneira clara até nas entrelinhas, que a tal abertura do Figueiredo foi longe demais! E, a cada greve, a cada movimento popular, lá estão as manchetes dos jornais, com as ameaças veladas. O momento brasileiro é muito mais grave do que muitos pensam, o País está tenso, inquieto, e o tique-taque, tique-taque, espalha medo e pavor e o suor escorre pelo corpo todo. Só esperamos que os homens do Governo tenham a coragem, a hombridade, a dignidade de buscarem soluções conciliatórias, mas, é preciso ser rápido antes que algum desavisado jogue o toco de cigarro aceso, e aí a explosão será inevitável! Ainda há tempo, depende do nosso Governo, depende do diálogo, da conversa, e acima de tudo, da comida na mesa do trabalhador.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério. (Declina)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves. (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. (Ausente)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelton Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já usamos dessa tribuna para situar o problema do operário brasileiro em diversas ocasiões. Não raras vezes, evidenciamos que em tudo se distancia o capital e o trabalho. Todos nós brasileiros sabemos onde reside o capital e onde reside o trabalho. É visível em qualquer bairro, em qualquer cidade, em qualquer região, tal a distância entre os extremos colocados pelo sistema econômico financeiro implantado neste País.

Os grandes deserdados do crescimento econômico dos últimos anos em especial, foram os trabalhadores deste País. Paulatinamente tiveram os seus ganhos diminuídos e o arrocho salarial acelerado.

A evidência está calcada quando a explosão social está próxima e a cada momento, a cada instante, ampliam-se os movimentos paredistas neste País, colocando em cheque e em choque não só os detentores do poder, mas em especial, os seus instrumentos de controle sobre a vida sindical e sobre o assalariado brasileiro em destaque.

Não há a menor dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados que se pudéssemos analisar com mais firmeza aqui no Paraná, viríamos que hoje, quando vemos a paralisação dos homens da construção civil, em sua grande maioria, oriundos do interior, em sua grande maioria originários que são esses trabalhadores, do êxodo rural, em que a miséria do campo foi transferida para a miséria da cidade, em que a falta de uma preocupação com o sistema brasileiro, visando mudar a estrutura fundiária, deu esta herança maldita, para os centros urbanos do País.

A culpa e as causas são palpáveis e visíveis. O sistema econômico, concentrador, elitista, cujas rendas estão nas mãos de poucos e a desgraça nas mãos da grande maioria do povo brasileiro, é que portanto, gerou o clima que hoje é respirado em todos os quadrantes do País.

Vejam, ilustre senhor Presidente, senhores deputados. Há 10 anos atrás, o Paraná que não conhecia a figura do boi-fria, passou a conviver com mais de 900 mil paranaenses que trabalham hoje para comer amanhã e se amanhã chove, ou não conseguem trabalhar, não se sabe o que comerão depois de amanhã.

São irmãos nossos, são os mendigos do Século XX que estão aí perambulando, fazendo a grande marcha da fome, nas ruas e nas avenidas, e que são originários do campo, onde eles produziam para o seu sustento e o excesso, eles conseguiam levar ao mercado consumidor da cidade e dos grandes centros consumidores do País.

Estão aí as verdadeiras causas e veio aí essa mão-de-obra sem qualificação técnica, homens acostumados à lide agrária, habituados à luta do sol a sol, acabaram sendo transportados.

Na verdade, foram expulsos do seu habitat, do seu meio social, do meio rural, e transferidos violentamente para a cidade, para ver se aqui encontravam dias melhores para si e sua família.

É óbvio, Senhor Presidente, que estas são as verdadeiras causas.

Não se procurou atender, lá no nascedouro a problemática, e agora nós estamos colhendo os maus frutos e como dizia, essa mão-de-obra não especializada, que o cidadão não conseguiu formar, numa profissão clara, objetiva e tecnicamente avançada, faz com que a pessoa que não tenha qualificação para outro trabalho, se vê na contingência quando chega em Curitiba ou qualquer outro centro brasileiro, se condicionar a trabalhar nas construções civis, nessas obras públicas, ou ser, inclusive, o lixeiro das grandes cidade, porque, como disse, sem cultura, sem educação, sem atendimento suficiente aos seus interesses e ao seu universo de problemas, vieram para cá e com a falta de qualificação, se subordinam a trabalhar em setores como o da construção civil, em que inúmeras construtoras sonegam, inclusive, as obrigações sociais, não registrando a carteira de trabalho, não recolhendo devidamente o fundo de garantia por tempo de serviço, e tantas outras obrigações que hoje inspiram o contexto do Direito Social brasileiro.

Evidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que devem estar surpresos os homens do Poder. Devem estar surpresos quando a massa popular vai às ruas num verdadeiro estouro, em que o estado de necessidade falou mais alto. E está aí esta realidade com nove dias de paralisação; quase duzentas obras estão presentemente paradas em Curitiba. São mais de 20 a 30 mil paranaenses trabalhadores desse setor que estão de braços cruzados. E agora, depois de oito dias de movimentação paredista, eis que o Tribunal Regional do Trabalho

houve por bem decidir que a greve é ilegal.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é ilegal neste País? Será obviamente ilegal uma greve em que se luta num estado de necessidade pela derrocada da fome que convive nesse meio trabalhador? Será que é ilegal, efetivamente, o que está acontecendo com os demais segmentos sociais que já estão ou pretendem entrar em greve neste País? Será que isto é ilegal?

E a Constituição brasileira com todos os seus defeitos, seus atropelos e incoerências, prevê a possibilidade dos trabalhadores se organizarem e defenderem seus direitos. Bem como esta mesma Constituição brasileira prevê, em artigo especial, que o salário-mínimo deve defender e atender os requisitos mínimos de vivência do trabalhador e seu conjunto familiar. E estes requisitos mínimos de vivência, não são atendidos nem em 50 por cento com o que ganham hoje os trabalhadores, quer da construção civil, quer qualquer outro segmento da força trabalhadora brasileira, na condição de assalariado.

Evidente, pois, que muito mais inconstitucional, muito mais ilegal, é a situação de vida desses trabalhadores, que a própria Constituição diz, aqueles requisitos mínimos em que devem os salários-mínimos atender, e estes requisitos não estão sendo atendidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a greve dos pedreiros, dos trabalhadores da construção civil, foi considerada ilegal. E, de repente, esta ilegalidade já está gerando a violência nas ruas. Enquanto o movimento estava sendo conduzido sem organização, sem liderança, um verdadeiro e trepidante movimento de massa e de necessidade, as coisas estavam melhor conduzidas. Hoje pela manhã, bastou ontem ao final da tarde o Tribunal Regional do Trabalho decretar a ilegalidade do movimento, hoje pela manhã, nós já tivemos o testemunho e atestado das suas consequências.

A violência passou a conviver com o movimento desses trabalhadores. Trabalhador agredido, quase uma centena detida, presos, não interessa a que título, se for para averiguação ou para mero controle. O que nós precisamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é neste instante chamar, mais uma vez, a atenção e a realidade, porque se este movimento eminentemente espontâneo em que a fome está falando mais alto, é necessário que a autoridade máxima deste Estado, o Sr. Governador do Estado do Paraná, vá conseguir ao menos, numa demonstração de boa vontade, e de interesse por mais de trinta mil trabalhadores da construção civil de Curitiba, demonstrar interesse em procurar, ao menos, intermediar e procurar buscar uma solução pacífica, imediata e conclusiva. Porque na verdade, os efeitos multiplicadores negativos que poderemos ter, em função das agressões sofridas hoje pela manhã pelos trabalhadores, estes efeitos multiplicadores e negativos que agora, quando ainda há tempo, enquanto ainda é possível, deveriam estar na primeira frente de negociações, buscando uma solução imediata, pacífica e condizente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco nós ouvimos da própria tribuna, um Deputado da ARENA, fazer referência de que um dos setores paralisando, numa intervenção do Prefeito de Curitiba, chegou-se a um consenso, compuseram-se os interesses e chegou-se ao fim desse movimento incipiente.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já a nível de Governo do Estado não vemos a mesma coisa; não vemos um Secretário de Estado, a não ser aquele responsável pela Segurança, pela repressão, pela ordem que dizem, como se a ordem fosse uma coisa estante, limitada e possível de metricamente ser definida, num quadrado, quando na verdade, desordem pior é aquela em que vive a família do poerariado brasileiro; nós sentimos a omissão, a passividade em que nem o Governador do Estado e nem o Secretário de Bem-Estar Social, ou



qualquer das demais Secretarias que poderiam estar atentas acompanhando e participando desta nova realidade do Estado. Estão efetivamente recolhidos e estão efetivamente, sem nenhuma participação.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nelson Friedrich, Vossa Excelência trata do gravíssimo problema da greve; aliás o que caracterizou a atuação parlamentar, durante todas essas duas semanas, longas, pesadas e tenebrosas semanas de greve em Curitiba.

Até parece que devemos dar razão àqueles que são do pensamento de que lugar de Deputado é na tribuna, é na Assembleia Legislativa. Eles têm razão, porque pode-se falar o quanto se quiser da tribuna, na Assembleia Legislativa, porque pelo menos aí, não afetaremos os interesses dos expoliadores e opressores, que são em última análise, os causadores das greves. São esses os que se infiltram na sociedade, produzindo a fome, a miséria e, portanto, a causa última da revolta dos próprios trabalhadores, quando esses entram em greve.

A eles, talvez lhe ofendam muito mais se nós estivéssemos na rua, apanhando da polícia, assim como está apanhando hoje o trabalhador cuja greve foi declarada ilegal. Mas gostaria de referir-me à tal da ilegalidade da greve.

Se olharmos sobre a decisão - e quem toma as decisões, quem declara se a greve é legal ou ilegal, nós podemos constatar claramente que os aparelhos do Estado, todos os seus organismos foram montados dentro de uma mesma sociedade que se sustenta no capital. É lógico que então irão voltar-se contra o trabalho; enquanto esse trabalho não o servir docilmente. Mas acontece que o trabalho, na atual conjuntura nacional, já não se sustenta mais, dado o exagero da exploração; e declaram assim ilegal uma greve, quando na verdade ilegal é o Governo que não precisou dos votos desse mesmo trabalhador para governá-lo.

Quando ilegal é a fome - e ela é ilegal diante da Constituição e das Constituições. A fome é ilegal diante da Constituição da Humanidade, que é a própria palavra do Criador, através da Bíblia; ela que é a Constituição da Humanidade, já declarou há muito temor que a fome de uma sociedade, que se monta em cima da fome da maioria dos seus membros, é ilegal completamente, diante do Criador, diante dos olhos de Deus. E quando aqui se fazem referências, e se adjetiva a sociedade cristã, nós podemos simplesmente identificar, que é nada mais do que uma farsa.

Ilegal, nobre Deputado, também é a favela; ilegal é o salário de fome, é o arrocho salarial imposto por este Governo, não eleito pelo trabalhador, mas que aceitou o poder através de um golpe de Estado; ilegal é o massacre que está cometendo hoje a polícia, quando os trabalhadores estão reunidos não no centro da cidade, mas no lugar que lhes foi apontado, que é o Campo do Atlético, quando lá, pacificamente estão reivindicando, recebem agressões as mais violentas, fazendo com que vários operários, há poucos minutos, fossem internados em pronto-socorros por aí.

Isto sim é ilegal, mas não uma greve que tem no seu único motivo a dignidade de vida que os trabalhadores estão a merecer, que eles têm a haver, mas que esta mesma sociedade, montada por opressores não lhes quer reconhecer e nem sequer lhes dar o devido valor.

Estão assim ofendendo e desagradando a própria imagem de Deus, que está estampada neste homem que sofre.

Portanto, não deveriam eles falar nem em nome do Cristianismo e nem taxarem-se de cristãos. Deveriam reconhecer a legalidade, a partir da Constituição das Constituições, a partir dos desígnios de Deus que quer ver a toda criatura sua como imagem; a dignidade de vida que eles merecem e que lhes foi roubada.

Portanto, nobre Deputado, nós não podemos admitir,

que esta greve seja de fato ilegal, ela não é ilegal, como não são ilegais os órgãos que a declararam ilegal.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, nobre Deputado, e vem confirmar que efetivamente o conceito de ilegalidade, além de ser dúbio, neste instante no País, é extremamente perigoso taxá-lo ou conceituá-lo como ilegal. Até porque, ilustre Deputado, Vossa Excelência deu os argumentos que evidenciam efetivamente isso. O próprio Governo, o próprio Poder Central neste País, não é legítimo, não tem a participação do povo e portanto, como podemos aceitá-lo como legal, como efetivamente legítimo, se nós não tivemos o povo brasileiro não teve a participação e não teve o voto.

Mas, aí surge o que nós vimos nos jornais, ilustre Deputado, quando um repórter pergunta e indaga a Sua Excelência o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, sobre o espantoso aumento da gasolina e a repercussão da medida junto à opinião pública. E Sua Excelência, o ilustre visitante do Paraná, depois de amanhã, ousadamente, em tom seco, diz à imprensa, - respondeu: "Eu não tomo medidas para o povo ficar contente ou descontente. Tomo medidas que eu acho necessárias ao País".

Ilustre Deputado, quem não teve o voto e quem não teve o povo, não precisa se preocupar com o povo.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida. Evidentemente,

toma as medidas que acha interessante ao País, sem consultar o seu povo. Não está preocupado em contentar ninguém, porque ninguém votou nele. E criou então um País hipotético e impessoal: "Eu decido o que ao Brasil é interessante ou não".

Este, ilustre Deputado, é efetivamente o resultante desse tipo de regime em que não é consultado o povo, em que as forças populares não decidem, em que o voto não tem nenhuma participação, portanto, a legitimidade para sustentar a todos os que estão no poder, que deveriam ser todos os segmentos sociais, o povo enfim, não são ouvidos, não são respeitados.

Portanto, a eles pouco importa dar atenção.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência. Não vou fazer a defesa do Presidente da República, absolutamente. Embora ache que a Oposição procura não dar espaços à bancada da ARENA para atuar nesse contexto político no momento.

Quando Vossa Excelência diz que o poder da República é ilegítimo pode ser com relação ao Presidente da República, mas aos Parlamentares que lhe dão apoio é tão legítimo como o mandato de Vossa Excelência. E a votação da bancada da ARENA representou a vontade do povo do Paraná.

Vossa Excelência nunca esqueça disso, nem Vossa Excelência, nem os demais ilustres Membros da Oposição, nesta Casa.

Por favor, não insistam na tecla que é ilegítimo quem não comunga com os ideais, com o pensamento, com as proposições da Oposição. Vossa Excelência pode se referir à ilegitimidade com relação aos Senadores biônicos, com relação ao Presidente da República, até aos Governadores do Estado, mas, jamais à bancada da ARENA que não comunga com a bancada da Oposição, que está aqui a apoiar um governo que ela considera legítimo, porque foi exatamente dentro das circunstâncias atuais, que nos candidatamos e nos elegemos.

Sabíamos as regras do jogo, conhecíamos as regras do jogo.

Portanto, não há ilegitimidade nenhuma, pelo menos na bancada da ARENA em todo o País.

Mas, o principal objetivo de meu aparte, nobre Deputado, era para corrigir uma injustiça que Vossa Excelência cometeu ao afirmar que nem o Governo do Estado e seu secretariado, têm

se interessado pelas diversas categorias trabalhistas que se encontram em greve. Mas, a Secretaria da Indústria e Comércio e da Segurança, têm envidado todos os esforços no sentido de colaborar numa solução para o caso.

No entanto, o Governo não pode - e Vossa Excelência sabe disso - obrigar o patrão, o dono do dinheiro, o dono da empresa, a concordar com a greve declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho que também não tem nada a ver com o Governo do Estado.

Não foi o Governo do Estado quem declarou ilegal a greve. O Governo do Estado tem efetivamente, dado toda a proteção à categoria que se encontra em greve. É evidente que há de coibir os abusos. Não vai querer Vossa Excelência, nem os demais Deputados da Oposição, que o Governo fique de braços cruzados assistindo um quebra-quebra, assistindo elementos embriagados, que não representam efetivamente o que deseja a categoria que está em greve, a promover toda a sorte de balbúrdia.

O Governo tem, efetivamente, que manter a ordem pública.

Veja Vossa Excelência, na greve do transporte coletivo, ontem. Foi uma greve que durou apenas seis horas, graças à mediação do Sr. Governador Ney Braga, que colocou o Banco do Estado à disposição dos empregadores, para que, sem aumento de tarifa, pelo menos para o povo, pudesse atender as reivindicações dos motoristas que eram legítimas, que eram justas, mas as empresas não poderiam jamais atendê-las sem um repasse tarifário. Mas, compreendendo as dificuldades porque vive o povo brasileiro, o Governo do Estado colocou o estabelecimento de crédito oficial à disposição. E pode, dentro de seis horas, resolver uma greve, esta sim, angustiante para o povo de Curitiba.

Vossa Excelência veja o comportamento do Governo na greve dos metalúrgicos aqui no Paraná, que também foi das mais elogiáveis possíveis. Então, nós ficamos sem entender em determinados momentos, se o Governo deve manter a ordem pública, ou não deve.

Acho que deve manter a ordem pública ...

O SR. NELTON FRIEDRICH - Também achamos.

O Sr. Erondy Silvério - Deve apoiar os grevistas, dentro das suas legítimas reivindicações, eles têm, efetivamente o direito de reivindicar por salários melhores, nós todos compreendemos isto, mas deve ser inflexível na manutenção da ordem pública!

Era apenas este o reparo que tinha a fazer, no pronunciamento de Vossa Excelência.

Agradeço a atenção ao aparte.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e responderia como foi colocado, em dois tópicos, com duas colocações:

Primeira parte - é que, efetivamente a "bionicidade" hoje é o sistema eleitoral no País.

O Sr. Erondy Silvério - Nós aqui nesta Casa, fomos eleitos pelo voto direto do povo!

O SR. NELTON FRIEDRICH - Chegarei lá, Deputado.

O Sr. Erondy Silvério - E Vossa Excelência saiba que o povo mandou para cá, 34 Deputados da ARENA, contra uma minoria do Partido de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Concluo, ilustre Deputado, em resposta ao seu aparte, de que, a "bionicidade" realmente hoje impera, é na Presidência da República, é nos grandes setores do Senado que são os "biônicos", Governador de Estado, Prefeitos de Capitais, de Áreas de Segurança Nacional, Estâncias Hidrominerais e tantos outros setores. É, por essa razão, a nossa colocação da ilegitimidade desta dita autoridade representativa dos cargos máximos deste País. E se fiz referência especial, é porque bem sabemos que principalmente é o Executivo, com o seu poder atrofiador, concen-

trador e ilimitado que seria o grande responsável pela situação em que vive hoje o brasileiro. Mas digo mais, Deputado, também deixo aqui e não em especial a Vossa Excelência, mas até há uma dúvida séria quanto inclusive até à maioria desta Casa, embora não queira me desviar da pretensão destas idéias que vim trazer à tribuna, porque não é difícil, Deputado, fazer maioria numa Casa Legislativa, em cima de uma situação que se desenvolveu no Paraná, todo o poder público do Estado e da Federação mas em especial do Estado, foi jogado com toda força, numa campanha política das mais incríveis, das mais inadmissíveis registradas neste País, e só lhe dou um exemplo: Só no meu município o então Governador Jayme Canet Júnior, seis vezes fez comícios, não inaugurações, fez comícios seis vezes, em Distritos do Município de Toledo, descendo, chamando o povo para assistir o "avião de rosca" que até de nome mudou o helicóptero, para chamar a atenção do povo, em que se fez uma das piores pressões contra professores, funcionários públicos e em todos os segmentos sociais, em que o Departamento de Estradas de Rodagem esteve a serviço de inúmeros políticos, em que o Banco do Estado do Paraná, além de outros favores, colocou até telex à disposição de candidatos da ARENA, em que a Lei Falcão estava presente em todos os momentos, em todos os atos, em que os homens da Oposição não tinham acesso aos veículos de divulgação, portanto, era uma campanha parcial, era uma campanha unipessoal, efetivamente bionica, sofisticadamente "bionica".

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite mais um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH - Vossa Excelência precisaria concluir seu aparte, eis que tenho mais seis apartes para dar.

O Sr. Erondy Silvério - Apenas para não perder a oportunidade.

Vossa Excelência talvez tenha a memória curta, mas nós, não temos.

Em 1974 o Governador era "bionico", o Presidente da República era "bionico", mas o povo brasileiro resolveu abrir um crédito de confiança à Oposição, principalmente no Paraná e, apesar da "bionicidade" dos poderes maiores, apesar de o Governo contar com as mesmas armas em 1974, a Oposição mandou para esta Casa, uma bancada respeitável.

A Oposição fez maioria na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Vossa Excelência sabe o que aconteceu? Houve uma frustração do eleitorado, porque o servilismo de determinados Deputados da bancada de Vossa Excelência ao Governo do Estado é que levou o povo a retirar esse voto de confiança.

Em São Paulo, a bancada de Vossa Excelência fez maioria, entretanto, foi necessário até cassar por corrupção, o Presidente daquela Casa que era do MDB. Então o povo, em 1978, com os mesmos instrumentos que dispunha o Governo, em 1974, retirou em parte esse voto de confiança que havia dado à Oposição e se Vossas Excelências continuarem nesta trilha, em 1982, a bancada de Vossa Excelência não vai preencher uma fileira dentro desta Casa, porque são contradições acima de contradições. Vossas Excelências criticam o Governo por ter arrojo, criticam por não ter, criticam por prender, criticam por não prender. Vossas Excelências não trazem uma solução dentro desta Casa. Até hoje não vi um plano de Governo elaborado pela bancada da Oposição.

Vossas Excelências criticaram o plano de governo do Governador Ney Braga, entretanto foram convocados para participar de uma reunião e debater o plano com o Secretário do Planejamento, aplaudiram o plano, mas aqui, para fazer bonito Vossas Excelências vem criticar, sem apresentar uma sugestão que seja, uma sugestão que possa, efetivamente orientar o Governo, na mudança daquilo que ele possa, eventualmente estar errado.



Agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado. Entretanto, por deliberação da Liderança da bancada do nobre Deputado, Vossa Excelência passa a falar em nome da Liderança do Partido.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço ao Presidente e também à Liderança do meu partido e concluo, apenas para responder ao aparte do ilustre Líder da ARENA nesta Casa que, em 74, o MDB lutou com idéias, com o poder da palavra, e em 1978, ele lutou enfrentando o facão da Lei Falcão, destruidor de qualquer mensagem efetivamente democrática, de pregação de idéias, de desenvolvimento de programas e de pregação de alternativas.

É evidente e claro que o eleitor do Paraná e do Brasil inteiro, deu o testemunho, porque na votação para o Senado da República, que é a principal eleição, ainda, de via direta pelo pleito universal, nós tivemos cinco milhões de votos mais que o Partido Governista, é o atestado próprio da vontade maior do povo brasileiro, mas também aí está intrínseca, estão intrínsecas as condições domésticas que envolvem uma eleição para Deputado estadual e, principalmente, a pressão que se sofreu ao longo da última eleição, como nunca se teve na história do Paraná, e aí, ilustre Deputado, gostaria que Vossa Excelência raciocinasse e entendesse.

Parece-nos que Vossa Excelência está profetizando que no próximo pleito nós teremos apenas uma fila, é possível que esta fila será maior que aquela de motoristas de ônibus que ontem estavam em greve nesta Capital.

Mas, ilustre Deputado, concluo o seu aparte, para dizer também que o Governo do Estado, na verdade, deu demonstração de omissão, porque são nove dias passados.

Não queremos, ilustre Deputado, o quebra-quebra, mas também sabemos que o setor de construção civil, é talvez o setor em que o elemento humano é o mais domesticado que existe na população brasileira, pelas suas próprias condições de vida, de despreparo e de cultura; isso vai gerando uma condição mais favorável ao Governo, que não tem tomado, neste caso, as devidas atenções.

O próprio Governador do Estado declarou à imprensa de que este problema, por enquanto, está afeto à Secretaria de Segurança, à Delegacia Regional do Trabalho.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Com o aparte, o ilustre Líder e em seguida, os demais Deputados.

O Sr. Nilso Sguarezi — Obrigado, nobre Deputado.

Quería apenas, aproveitando a oportunidade, para responder ao eminente Líder da ARENA que diz que Vossa Excelência tem memória curta.

Acho que ao menos em um aspecto, é o nobre Líder que tem memória curta, e foi exatamente o Líder da ARENA nesta Casa, que logo após a eleição de 1978, que denunciou corrupção eleitoral, graças à qual a ARENA conseguiu maioria, e não só o eminente Líder, como o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que numa reunião de nossa bancada, até ficou à disposição daquele Deputado, para com o apoio de todos os Deputados do MDB, propor uma CPI nesta Casa.

Então, a memória é curta, e parece-me que atacou todos os Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quero, antes de passar e agradecer o aparte do Líder do MDB, dizer que o MDB tem feito uma série de colocações, ilustre Deputado Erondy Silvério. Inclusive o Deputado Deni Schwartz, quando da exposição do Secretário de Planejamento, questionou a mais séria das perguntas lá feitas, aquele programa e aquela pretensão governamental. E, nesta Casa, o Deputado que está aqui presente, Antônio Facci, fez mais de onze emendas só no programa

do Orçamento de 80. E nenhuma passou. Nenhuma teve a aprovação desta Casa.

Então, minha gente, dou graças a Deus ainda, que os Deputados do MDB, que nós não tenhamos oferecido efetivamente um plano, porque, mesmo que ele tivesse sido aprovado aqui, como não seria, e como até hoje não foi rejeitado, nos últimos anos nesta Casa, pelo que sei, nenhum projeto de importância do Executivo. Nenhum, nem aqui nem em Brasília.

Nenhum projeto de importância para o País ou para o Paraná, foi rejeitado pelas Casas Legislativas, porque a maioria é governista. E, o que é mais importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que na verdade, quando se fazem emendas, quando se fazem substitutivos, aí a Oposição está sendo colocada como demagoga, como infiltrada e como estritamente contestatória.

A própria crítica é uma demonstração de mudança, porque a crítica quer mudar o status, a pretensão e a proposta.

Evidentemente, tenho receio, ilustre Presidente, Srs. Deputados, que um projeto do MDB, por melhor que fosse, nas mãos do sistema que está aí, dos Governos que aí estão, seria fatalmente destruído e, inclusive, estragado, porque eles conseguem estragar tudo, inclusive boas idéias.

Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Bom, apenas para lembrar duas coisas que anotei na intervenção do eminente Líder da ARENA.

Primeiro, a lei da greve é ilegítima, porque ela foi aprovada graças aos biônicos, que, segundo o próprio Líder, são ilegítimos. A lei de greve foi recentemente aprovada, graças à existência de biônicos no Senado Federal, se não jamais teria sido aprovada.

De outra parte, fixa o retrocesso total aqui neste País. O Sr. Líder do Governo disse que duas Secretarias estão empenhadas em ajudar a resolução da greve. Quais as Secretarias? Secretaria de Indústria e Comércio? Indústria e Comércio, Secretário, um eminente empresário de nosso Estado. E a outra, Secretaria de Segurança Pública, lembramos a República velha quando o problema social era tratado pela Polícia.

Fica a pergunta. Onde está o genro aquinhoado com a Secretaria de Bem-Estar Social?

Voltamos aos tempos da República velha, em que coisas eram feitas pela elite, através de empresário e pela Polícia, através da Secretaria de Segurança.

E o homem encarregado do bem-estar?

E onde está a Secretaria do Trabalho, que foi extinta em nosso Estado, e incorporada à Secretaria de Saúde?

Onde está o Secretário do Bem-Estar Social, que deveria ele sim, estar lá? Não seria uma infiltração, seria sua obrigação.

E de outra parte, Deputado Nelson, existe um fato muito importante também que foi afirmado hoje. Com que rapidez se resolveu o problema do empresário do transporte coletivo, a indústria da construção civil teria seu problema resolvido, se o Governo pagasse as contas que deve às empreiteiras do Estado.

É por isso que o Governo não entra na greve da construção civil, porque não tem moral para entrar, porque não paga os empreiteiros. É só isso, Deputado.

É este o problema.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E é tudo, Sr. Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida, depois de mais quatro apartes que estão sendo solicitados neste instante.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Nelson, eu me permiti solicitar este aparte de Vossa Excelência, só para falar um pequeno tópico

sobre eleições. Talvez seja um erro de enfoque que nós, da bancada do MDB, até hoje não compreendemos.

Mas, inúmeras vezes eminentes Deputados da ARENA maioria nesta Casa, têm dito que o Governador Ney Braga era um ganhador de eleições; que ganhou todas aquelas em que disputou.

Talvez seja um erro de enfoque, porque nesta eleição de 78, principalmente na eleição para Senador, ele vestiu a camisa de candidato governista. Tirou o paletó e só em Londrina, ele visitou mais de dez vezes, durante a campanha, andando de fábrica em fábrica. E os números mostraram quem foi o vencedor nas eleições de 78, na Senatoria?

Nas duas eleições majoritárias, disputadas em 74 e em 78, quem ganhou foi a nossa bancada. Foi o nosso partido, o glorioso ainda MDB, do qual nos orgulhamos de fazer parte.

Então, acho que inclusive deve haver um erro de enfoque aí; não só da bancada governista, mas inclusive da própria imprensa, que diz que o Governador Ney Braga é um ganhador de eleições. Mas, nesta última, na senatória, queiram me perdoar, quem levou fomos nós.

Muito obrigado, eminente Deputado, pelo aparte.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, e tem o aparte o ilustre Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Nobre Deputado Nelson, voltando ao início de sua colocação, o cidadão João Baptista Figueiredo, que ocupa ilegítima e indevidamente o cargo de Presidente da República, deste grande País, segundo a imprensa, virá quinta-feira inaugurar uma praça aqui em Curitiba.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Feita pelos pedreiros.

O Sr. Fiori Luiz — Agora eu pergunto, nobre Deputado, a gente fica com receio, porque o ambiente está carregado, as greves estão aí, as praças tomadas pela polícia. Que farão as forças de repressão para limpar a área e criar uma situação de ordem, respeito e progresso, quando da visita do cidadão que ocupa indevidamente o cargo de Presidente da República? Vão assassinar todos os operários?

Fica a pergunta.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Talvez, ilustre Deputado, não querendo profetizar, eles farão o que já fizeram em Arapongas, a nível doméstico, quando da visita do ex-Presidente, General Ernesto Geisel, ou farão como fizeram no Rio de Janeiro, quando na ante-véspera de um Congresso Internacional de Turismo, retiraram à força, todos os mendigos e os vagabundos que existiam nas avenidas e nas ruas do Rio de Janeiro, para que esse quadro negro não aparecesse exposto aos olhos dos dirigentes dos grandes conglomerados turísticos do mundo.

Talvez farão isso, não querendo profetizar.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qualquer governo eleito pelo povo, jamais colocaria a sua assinatura num documento como o da elevação do preço do combustível nessa segunda-feira. Qualquer governo eleito pelo povo, eu repito, jamais colocaria a sua assinatura num decreto, num documento que começa a instalar o pânico entre os habitantes desse País.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que lhe resta um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não se trata apenas, concluo, Sr. Presidente, de saber se há pessoas contentes ou não, neste País.

Há que se tomar uma decisão mais séria, mais calculada e mais preocupada com os interesses sociais. E, por esta razão, Sr. Presidente, quero concluir dizendo que nós devemos evitar sim, o que disse um motorista de táxi do Rio, que consta hoje dos principais jornais do Brasil: "Se vier outro aumento pela frente, estaciono meu carro, compro uma arma e vou assaltar, no Rio de Janeiro".

Motorista de táxi em São Paulo, em destaque no "Jornal do Brasil" e no jornal "Folha de São Paulo".

É o atestado da exacerbação, da paciência do povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós não queremos pancadaria, porque não admitimos efetivamente quebra-quebra, porque nós também entendemos que questão social não é questão de polícia; que o salário não quer dizer pressão, opressão e violência; que problemas de operários em greve, como da construção civil, devem ser tratados na mesa de negociações, e aí o Poder Público, que não deve estar ao lado dos poderosos, dos empresários, de todo o povo, que são trinta mil só neste setor na capital. Deve sim, se colocar como intermediário, se for o caso, não fazer com que se assista passivamente o que está aí, os empresários passaram mais de seis dias se negando a comparecer a uma mesa de negociações, e agora que foi decretada ilegal, eles vão efetivamente solicitar que aí se faça pancadaria, não contra o patrimônio particular ou público, mas contra as costas do trabalhador, porque já não lhe chega o salário de fome, já não lhe chega a falta de habitação, já não lhe chega a falta de educação para os seus filhos, já não lhe basta a situação de sobrevivência e não de vivência.

Agora sim, resta-lhe mais, a violência; resta-lhe mais o resultado salarial dele que é usar da força para resolver o direito dele, é o direito de greve. Porque, ilegal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilegal é o regime que nós temos; ilegítimos são os governantes que possuímos.

E pior ainda, a pior ilegalidade, é a inflação que corrói o povo brasileiro, é o custo de vida que avilta a Nação brasileira. É importar alimentos, dois bilhões de dólares em importação de alimentos. É pior que ilegal, é um crime contra um País como o nosso, com a extensão territorial e capacidade produtiva agrícola que tem. Ilegal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a gasolina vir a Cr\$ 22,40, quando o Brasil exporta para o estrangeiro a Cr\$ 2,00 o litro.

Ilegítimo e ilegal e injusto, é esta gasolina custar para a PETROBRÁS, que se transforma agora na ASSALTOBRÁS, enganando mais uma vez a boa-vontade e a boa-fé do povo brasileiro.

Ilegítimo e ilegal é a mortalidade infantil, é extinguir o MDB, é tratar o trabalhador como se fosse um sujeito violento, quando sabemos que ele está produzindo as riquezas deste País com o seu suor, com a sua luta e com a sua força.

Este País que tem uma das mãos-de-obra mais baratas do mundo, e as riquezas naturais estão sendo roubadas pela exploração estrangeira, com a omissão, a passividade e a contribuição de quem detém o Poder.

Um dia chegará a hora e a hora falará mais alto, em nome da libertação do oprimido.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a liderança da ARENA, se deseja usar de seu horário. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, embora o meu respeito, e agora estou falando como Deputado e não como Líder do Governo e nem da minha Bancada, embora o meu respeito aos signatários da presente proposição de emenda à Constituição do Estado, quero deixar consignado,

na Ata dos trabalhos, que voto e lutarei para que esta emenda não seja inserida na Constituição do Estado. Porque ela representa mais um desfalque na bolsa da economia popular.

O cidadão quando se propõe, numa eleição, candidatar-se ao cargo de Prefeito, a um cargo eletivo de Prefeito, o que é uma honra para qualquer cidadão exercer o supremo mandato de seu município, não é justo que o povo arque, pelo resto da vida, com uma representação em forma de subsídio ao Prefeito que deixou o cargo.

Por essa coisa e por outras, que o povo está perdendo o respeito ao Poder Legislativo. O povo está perdendo o respeito pelo poder político.

Quero que fique consignado, na ata dos trabalhos de hoje, o meu protesto e posicionamento, como Deputado, contra essa emenda à Constituição.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Na forma constitucional, está devidamente apoiada.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, como ex-Prefeito, quero fazer minhas as palavras do Líder da ARENA.

É repugnante que se apresente um projeto de lei dessa natureza. Projeto de lei que, evidentemente, o Sr. Líder da ARENA tem toda a razão; deixa o político ainda mais descreditado do que já está.

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Pela ordem) Sr. Presidente, também gostaria de deixar colocada aqui a minha posição com relação à essa emenda constitucional.

E falo com a autoridade de ter sido Prefeito, na cidade de Arapongas. Vou me colocar inteiramente contrário à essa emenda constitucional, porque a julgo totalmente imoral.

E quero deixar aqui as minhas palavras, somadas à posição do Sr. Líder da ARENA e do meu Companheiro de Bancada, Deputado Deni Schwartz. É por causa desses expedientes, Sr. Presidente, propostos por políticos, que a classe política está sendo jogada na lata de lixo, pela população que cada dia, perde o respeito que deveria ter para com os legisladores.

No caso, lamento mais ainda, porque esse Deputado já foi Prefeito de uma cidade. É lamentável que esses fatos venham acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 79/79 (Mens. Govern. n.º 65/79), que objetiva transformar em verba de representação, a favor dos atuais Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e dos atuais Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, as gratificações que especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 79/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Ficam transformadas em verbas de representação:

I — em favor dos atuais membros do Conselho Superior do Tribunal de Contas do Estado, a gratificação “pro labore”, por eles percebidas, na forma legal, até 30 de abril de 1979, pelo exercício dessa função;

II — em favor dos atuais Conselheiros e Auditores, bem como dos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, a gratificação de produtividade de que trata o art. 1.º da Lei n.º 6569, de 25 de junho de 1974.

Art. 2.º — Fica assegurada ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor do Tribunal de Contas do Estado, quando no exercício dos referidos cargos, a verba de representação que vêm percebendo em decorrência dessas funções.

Art. 3.º — As providências decorrentes desta lei não poderão acarretar benefício ou prejuízo aos Conselheiros, Auditores e Procuradores, nem aumento da despesa pública em relação ao montante dispendido, na data-base a que se refere o inciso I, do art. 1.º, com o pagamento das vantagens referidas.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 23 de novembro de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 148/79, que declara de utilidade pública a “Associação de Defesa e Orientação do Consumidor - ADOC”, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 148/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E ORIENTAÇÃO DO CONSUMIDOR - ADOC”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 159/79 (Mens. Govern. n.º 129/79), que dispõe sobre reservas de terrenos devolutos em zonas urbanas, para que, mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia, dê-lhes as finalidades que aqui especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 159/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Serão reservados em zonas urbanas, mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, na forma desta lei, terrenos devolutos para:

- I - construção de edifícios públicos, criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso e cemitérios;
- II - abertura de vias ou logradouros públicos;
- III - execução de planos de urbanização;
- IV - estabelecimentos de núcleos residenciais;
- V - manutenção de possuidores, que, com tolerância expressa ou tácita do Estado, os tenham ocupado;
- VI - construção de casas populares;
- VII - execução de obras e serviços públicos em geral.

VIII - outros fins de necessidade ou de utilidade pública.

Art. 2.º — Os terrenos assim reservados, excluídas as áreas destinadas a manutenção de possuidores, que, com tolerância expressa ou tácita do Estado, as tenham ocupado, poderão ser doados aos municípios, entidades educacionais, culturais ou finalidades sociais.

Parágrafo único - Do título de doação constará que os bens doados voltem ao patrimônio do Estado, se ocorrer inexecução do encargo ou frustração do fim a que a liberalidade está adstrita.

Art. 3.º — O Governador do Estado, por proposta do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, poderá autorizar a alienação dos terrenos aos seus ocupantes (art. 1.º, inciso V), mediante as condições previstas nesta lei, independente de licitação.

Art. 4.<sup>o</sup> — Os terrenos reservados, nos termos do artigo anterior, poderão ser doados aos seus ocupantes ou possuidores desde que reconhecidamente pobres, prescrevendo-lhe o doador a impenhorabilidade.

Art. 5.<sup>o</sup> — Autorizada a alienação, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná notificará o ocupante para, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, requerer o imóvel sob pena de pagamento de taxa de ocupação.

Art. 6.<sup>o</sup> — O preço de aquisição, a ser arbitrado pelo Conselho de Administração do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, poderá ser pago em prestações mensais até o máximo de 36 (trinta e seis).

Parágrafo único — Os recursos oriundos das vendas serão destinados prioritariamente ao financiamento de projetos de implantação e manutenção de viveiros comunitários para a preservação da flora e da fauna.

Art. 7.<sup>o</sup> — Os títulos de venda outorgados pelo Estado do Paraná ficam sujeitos à condição resolutiva de o adquirente pagar as prestações na data do vencimento.

Art. 8.<sup>o</sup> — Resolvida a venda pelo inadimplemento da condição prevista (art. 7.<sup>o</sup>), restituir-se-á ao adquirente o que houver pago, previamente deduzida, a título de taxa de ocupação pela posse do imóvel, a importância arbitrada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Art. 9.<sup>o</sup> — Na alienação dos terrenos ocupados serão observadas, quanto à constituição dos lotes as posturas da Prefeitura local.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1.979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/78, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que concede título de Cidadão Benemérito ao Arquiteto Jaime Lerner. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/79, de autoria do Deputado Palácios, que prorroga por trinta (30) dias, contados da data de publicação desta, o prazo estabelecido no art. 7.<sup>o</sup>, da Lei n.º 7122, de 26/04/79. (Que adota nova estrutura às Carreiras do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/79, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que modifica as divisas do Distrito Administrativo de Alto Alegre, Município de Colorado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, com Emenda Substitutiva Geral da C.C.J., — Em regime de urgência. — **Aprovado o Substitutivo, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/79, de autoria do Deputado Cyro Martins, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Recreativa Paroquial", com sede e foro na cidade de Tibagi. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 130/79, de autoria da C.E., que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Catanduvas, para consulta sobre a criação do Município de Três Barras do Paraná. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 131/79, de auto-

ria da Comissão Especial, que autoriza realização de plebiscito em área do Município de Formosa, para consulta sobre a criação do Município de Jesuitas. Parecer Favorável da C.E., por unanimidade. Em regime de urgência — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pastor Luiz Antônio Alvear Lagos, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nilza Pereira Camargo. — **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rodolfo de Oliveira Júnior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidélcio Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rodolfo Alves de Oliveira Júnior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 59/79. — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda ontem a Liderança do meu Partido comentou um requerimento vazado nos mesmos termos deste, em que pedia regime de urgência para um projeto de lei de criação do Município de Cafelândia.

Nós, da bancada do MDB, que votamos contrariamente ontem, votaremos contrariamente hoje, porque, como disse o eminente Líder Nilso Sguarezi, estaríamos desautorizando a Comissão Especial que examina o trâmite, nesta Casa, da criação destes municípios.

O por que destes regimes de urgência destes projetos de lei, se a Comissão Especial ainda não recebeu oficialmente o veredito do plebiscito efetuado no último domingo?

Portanto, fica aqui o registro de que, a Comissão Especial, somente após ela haver dito de que todas as formalidades legais foram cumpridas, é que esta Casa poderá examinar a criação destes municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, o nobre Deputado Darcy Deitos faz, hoje, o raciocínio de ontem, isto é, ele usa a argumentação de ontem para o dia de hoje, porque esta Assembléia já recebeu oficialmente o resultado do Tribunal Regional Eleitoral, através dos Juízos das Comarcas onde se feriram os plebiscitos.

Portanto, a argumentação do nobre Deputado Darcy Deitos, peca por uma falha muito grave, e imperdoável. Ainda há pouco, eu conversava com o nobre Deputado Jurandir Messias, e ele informava que a Comissão Especial, para análise dos projetos de lei, neste caso o Projeto de Lei de Nova Prata, que foi por mim subscrito, pelo nobre Deputado Deni Schwartz e pelo Deputado Túlio Zanchet, já estava reunida e já havia recebido a comunicação do Juízo Eleitoral.

Conseqüentemente, a argumentação do Deputado Darcy Deitos não tem nenhuma procedência, data vênha do eminente Deputado. A par disso, a própria votação que ocorreu em Nova Prata, no dia 25 próximo passado, é a melhor demonstração de que aquele povo deseja realmente tornar-se município.

A par disso a própria legislação federal, estabelece que os municípios só podem ser criados nos anos antecedentes às eleições municipais. Se nós não conseguirmos aprovar a criação

desses municípios, ainda nesta legislatura, corremos o risco de não podermos aprová-lo em 1980, tendo em vista, dispositivo da legislação federal, pertinente à matéria da criação dos municípios.

Por isso, faço um apelo ao Deputado Darcy Deitos e à valorosa bancada do MDB, para que reexamine o seu pronunciamento e que vote hoje, de acordo com os fatos trazidos ao conhecimento desta Casa, porque política é dinâmica e os fatos de ontem não têm valor para o presente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, quero apenas esclarecer o que levou o eminente Deputado Darcy Deitos a discordar do presente requerimento.

Acredito que o Deputado julgou que o requerimento, da mesma maneira como ontem, pedia a inclusão desses projetos na Ordem do Dia.

Ora, efetivamente isso não pode fazer o Plenário, porque esses projetos estão ainda sob jurisdição da Comissão Especial.

O objetivo do requerimento do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, é pedir regime de urgência. Me parece que isto é pertinente.

Existem tantos requerimentos sobre a mesa, e já aprovado, Sr. Presidente, para justificar que a nossa bancada votará contra, por uma questão até, administrativa da Casa. A Comissão Especial autorizou - e está aqui, Sr. Presidente, para confirmar -, o plebiscito, como uma das exigências para se criar municípios.

A Comissão Especial não deu o parecer definitivo. Após cumprida essa exigência, que é o plebiscito, devem os processos ser reapreciados pela Comissão Especial que determinará a inclusão na Ordem do Dia.

Portanto, o requerimento de um dos nobres Deputados, e se não me engano, do Deputado Gilberto Carvalho, que deverá ser apreciado dentro de alguns instantes, pede a inclusão na Ordem do Dia, data vênua, é improcedente, é impertinente.

Portanto, com referência ao regime de urgência do Deputado Luiz Alberto, concordamos. Agora, com referência ao que pede a inclusão na Ordem do Dia, esse requerimento é totalmente improcedente, porque todos os processos ainda estão em poder da Comissão Especial.

A Comissão Especial apenas deferiu os pedidos de plebiscito e agora dará o parecer favorável, porque, se se observar a Comissão Especial não deu em nenhum dos processos de criação dos municípios na Casa, o parecer definitivo. Apenas autorizou o plebiscito como uma das medidas necessárias à criação de um município.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Ministro dos Transportes, encarecendo a pavimentação da Rodovia BR-476. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, encarecendo providências visando a instalação de uma sub-agência no Município de Sertaneja. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão, dos Projetos de Lei n.ºs 57 e 54/79. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal, e logo em seguida, procederá a verificação de votação.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. A Mesa procederá a verificação de votação.

Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 58/79, que visa a criação do Município de Lunardelli, pelo motivo seguinte, Sr. Presidente: A Comissão Especial deu um parecer nos seguintes termos: "O projeto de lei em pauta, que visa a criação do Município de Lunardelli, desmembrado do Município de São João do Ivaí, atende os requisitos essenciais que norteiam a matéria, estando portanto em condições de ser aprovado. Atendido o projeto de resolução anexo, e pela emenda substitutiva".

O projeto de resolução, é pedindo a realização do plebiscito. O plebiscito foi realizado no domingo, no Distrito de Lunardelli, e como nos demais distritos, alcançamos noventa e nove por cento da votação; 2739 contra 26 votos.

Estando aí consagrada a vontade do povo daquele distrito. Da mesma forma como estão nos demais Distritos, de Cafelândia, de Nova Prata, de Vera Cruz e de Tupãssi.

Também, Sr. Presidente, este projeto já passou pela Comissão de Justiça. Já recebeu a aprovação da Comissão de Justiça. A Assembléia deverá entrar em recesso no dia 5. E o que não queremos e sabemos da boa vontade da comissão em apreciar e voltar a verificar esses projetos. Nada impede que a Comissão veja. Mas queria lembrar, Sr. Presidente, especialmente ao Líder da bancada da Oposição, com referência ao prazo, porque já foi ouvido o povo; que faça com que a Comissão se reúna hoje, para simplesmente tomar conhecimento do resultado do plebiscito que já está anexado ao projeto. Vamos atrasar mais um dia a não inclusão hoje. Mas, depois do entendimento mantido pelo eminente Líder da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, com o Líder Deputado Nilso Sguarezi, e que será apreciado hoje, para inclusão na Ordem do Dia, com a anúncio da manhã e inclusão depois de amanhã.

Vou retirar o requerimento que apresentei, esperando contar com a compreensão da Comissão Especial, vindo assim atender a vontade do povo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Faço minhas as suas palavras, no sentido de que a Comissão para a criação dos Municípios, composta por ilustres Deputados, diligencie no sentido de que esses projetos venham ao Plenário o mais rapidamente possível. Foram resultados expressivos que nós tivemos, nos plebiscitos realizados no dia 25. Realmente, o povo daquelas comunas, deseja a sua emancipação política.

E nós, Deputados da ARENA e do MDB, temos a obrigação de atender ao povo, numa votação livre e democrática, como se feriu no último dia 25. E faço também o meu apelo pessoal, no sentido de que a Comissão defina o quanto antes o seu parecer, para que nós possamos votar ainda no atual período legislativo, estes projetos, especialmente pelas dificuldades da Legislação Federal que Vossa Excelência conhece.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado pela contribuição que Vossa Excelência me oferece.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Lei Complementar número 1 e a Lei Orgânica dos Municípios foi atendida. Mas, tive a oportunidade de participar da última reunião da Comissão Especial, quando se ventilou a idéia de ser ouvida também a Câmara Municipal e o Prefeito do Município, que está sendo desmembrado.

Creio que o plebiscito realizado supre todas essas indagações feitas pela Comissão, porque virá só dificultar. E, para conhecimento da Casa, colaborando, pedi na semana passada que um Vereador do Município de São João do Ivaí, apresentasse um requerimento da Câmara Municipal de apoio à criação do município, para que houvesse com esse desmembramento um entendimento entre os Vereadores e a união de todos. E que não houvesse uma rivalidade no município, unicamente por esse motivo. E simplesmente o Presidente da Câmara recusou receber o requerimento.

Porisso nós sabemos que é patente a intenção do município remanescente, não da comunidade, não do povo, mas do Chefe do Poder Executivo de impedir a criação dos municípios.

Assim espero contar com a compreensão dos Srs. membros da Comissão e retiro neste momento, o requerimento que apresentei, aguardando seja anunciado na sessão de amanhã. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo providências no sentido de solucionar os problemas causados pelo Córrego da Raposa, em Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 58/79.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Pelos motivos expostos, solicito de Vossa Excelência, que deixe em suspenso esse requerimento, porque, segundo entendimentos, deverá reunir-se hoje a Comissão, e amanhã terá condições de anunciar, independentemente do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência retira o requerimento?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sim. Aguardando...

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a solicitação do nobre Deputado, a Mesa defere e retira o requerimento do nobre Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 153, 163 e 167/79;

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 30 e 142/79, e de Resolução n.ºs 130 e 131/79.

Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR ABANDONADO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ.

Às dez horas do dia dezesseis de agosto de mil novecentos e setenta e nove, havendo número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar o problema do Menor. É registrada a presença dos Srs. Deputados José Domingos, Quielise Cristóvão da Silva e Lineu Turra, respectivamente, na qualidade de membro e suplentes, e dos Deputados Tadeu Lúcio

Machado, Ruben Valduga, Renato Bernardi, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezzi, Jurandir Messias e Nestor Baptista. O Sr. Deputado José Domingos, pela ordem, solicita a dispensa da leitura da ata, que é aprovada. O Sr. Presidente comunica a presença do Doutor Alceu Martins Ricci, Meritíssimo Juiz da Vara de Menores desta Capital, agradecendo pela presteza com que anuiu em depor perante a presente Comissão, trazendo sua experiência pessoal à frente daquele juizado para ser cotejada como elemento valioso na proposição de soluções para a problemática do menor. O Doutor Alceu Martins Ricci, com a palavra, após algumas considerações iniciais, coloca-se à disposição para responder a perguntas que lhe forem formuladas. O Sr. Deputado José Domingos, pela ordem, indaga do depoente sobre o real entendimento entre o Instituto de Assistência ao Menor, Delegacia de Menores e Juizado de Menores desta Capital, ao que o Meritíssimo Juiz responde serem as mais perfeitas possíveis. O Sr. Deputado Renato Bernardi, com a palavra, após uma série de considerações sobre a evasão do homem do interior, conseqüente crescimento da região metropolitana e aumento do número de menores carentes, aborda o problema da exploração do trabalho de menores, indagando a quem cabe a fiscalização e como se caracteriza o estado de abandono. Respondendo as indagações que lhe foram feitas, pondera que o Juizado, como órgão judicante que é, compete processar e julgar as causas que lhe são apresentadas, determinando as medidas cabíveis e não agir de ofício. Declara que ao Juizado cabe exercer a fiscalização de forma a evitar que os menores sejam explorados, mas que a iniciativa cabe a qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato, fazendo a comunicação à autoridade competente. Em seguida, presta esclarecimentos sobre como se processa o encaminhamento de menores e em que circunstâncias se caracteriza o estado de abandono. Logo após, a propósito de comentários feitos pelo Deputado José Domingos, relativamente à presença de menores em casas e clubes que exploram jogos do tipo bilhar, fliperama, etc., informa que o Juizado fixa os limites de idade para frequentar esses lugares e que para a concessão de alvará é respeitada a proximidade de escolas; que a comprovação da permanência de menores desses lugares implicam em providências no sentido de ser retirado o menor e autuação do estabelecimento. O Sr. Deputado José Domingos indaga ainda qual a opinião pessoal do depoente sobre a redução de idade de dezoito para dezesseis anos, para fins de responsabilidade penal. O Doutor Alceu Martins Ricci, manifesta-se contrário à redução, justificando os motivos de suas convicções e afirmando que o faz em caráter estritamente pessoal. O Sr. Deputado Quielise Cristóvão da Silva, com a palavra, questiona sobre as medidas a serem aplicadas aos pais que abandonam seus filhos, sugerindo que fosse encetada campanha, mostrando a responsabilidade dos pais, punindo como exemplo e como medida profilática definitiva, os possíveis contraventores. O Depoente esclarece que a ação que compete ao Juizado é endereçada à pessoa do menor e que da verificação de fato que venha em prejuízo dos próprios filhos, cabe recurso à autoridade policial, pois que a iniciativa foge à alçada do Juizado. O Sr. Deputado Ruben Valduga, pela ordem, inicialmente, congratula-se com o depoente pelo ponto de vista expandido, relativamente à redução da idade para determinação da responsabilidade penal. Em seguida, tece comentários de ordem filosófica, afirmando que as causas da delinquência juvenil são de natureza sócio-econômicas e que a sociedade deve conviver com o produto que ela própria produz, não passivamente, mas reformulando-a. O Sr. Renato Bernardi, com a palavra, responsabiliza o desenvolvimento e o sistema burguês de exploração capitalista pela marginalização da população menos favorecida. Manifesta o seu receio de que as metrópoles brasileiras, num futuro remoto, apresentem as características das megalópolis americanas, relativamente à problemática do



menor, haja vista que o Brasil centra seu modelo nos parâmetros do sistema capitalista. Verbera a política assistencial desenvolvida pelo Senhor Mário Altenfelder, à frente do órgão que prevê o bem-estar do menor em São Paulo e, ao finalizar, adverte que a sociedade convencional será engolida pela sociedade marginal. O depoente aduz várias considerações em torno das causas geradoras da marginalização de menores, afirmando que o problema aumenta à razão direta do crescimento populacional. O Senhor Deputado Lineu Turra, pela ordem, congratula-se com o depoente pelo ponto de vista esposado, relativamente à redução de idade para determinação da responsabilidade civil. Em seguida, aborda a problemática do menor abandonado. O Depoente, a propósito de indagações do deputado Lineu Turra, renova suas afirmativas relativamente à competência do Juiz de Menores, reportando-se às suas tarefas, que estão adstritas a leis, acentuando que somente uma representação dá ensejo a um procedimento e que, com o encaminhamento do menor, se exaure a ação. Afirma que, ainda que não fosse meramente judicante sua função, estaria o Juizado desaparelhado para exercer outra função que não fosse essa. Esclarece que o problema do menor abandonado, na concepção de abandono pleno, é de mais fácil solução do que o do menor carente; que os fatores que contribuem para o aumento da periculosidade que são cometidas contra o patrimônio; que o Juiz procede as sindicâncias necessárias e que acompanha a execução das determinações legais relativamente a algum tratamento ou recolhimento de menores perigosos, falta de sede para internamento de meninas, etc., se vem procurando dar um atendimento condizente, particularizando o trabalho louvável que vem sendo realizado pelo CEDIT; que existe um entrosamento perfeito entre o Juizado, o IAM, a Delegacia e outros órgãos interligados; que a única fiscalização que exerce é em estabelecimentos de diversões e que mantém para esse mistério um quadro de cento e cinquenta comissários, sem remuneração. O Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com a palavra, mostra a discriminação com a classe menos favorecida, que, não possuindo condições de dar educação pré-escolar, tem seus filhos em situação de desigualdade, quando do primeiro contato com a escola, haja vista que outras crianças já tiveram sua iniciação. Pondera que o Estado deveria assumir esse fato. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mário Celso, após algumas colocações, faz uma série de indagações ao Meritíssimo Juiz, que este responde, dizendo que, ao seu entender seria benéfica a federalização do Juizado de Menores; sobre a percepção de salário mínimo, afirma que pelas leis trabalhistas vigentes, o menor, de 14 anos de idade, já tem permissão para trabalhar, com a devida autorização do juiz e, nestas condições, com o seu trabalho passa a perceber o salário mínimo; relativamente aos infratores, diz que a Vara de Menores tem recebido u'a média de 10 a 15 por dia, em trinta dias de trabalho; com relação aos principais problemas, afirma que são de vadiagem, mendicância, pequenos furtos, sexo e, numa minoria, casos de tóxico; sobre se existe avaliação da infração para determinar a ida do menor à escola correcional, afirma que o Juiz de Menores não leva tanto em consideração a infração em si, mas as condições pessoais do menor que a comete, o grau de periculosidade, recorrendo para isto não só às circunstâncias do fato, à sindicância junto à família, ao meio-ambiente e uma série de outros fatores, mas também a avaliação desses elementos feita por médicos, psicólogos e outros peritos do Instituto de Assistência ao Menor; acerca da demora para liberar menores da Escola Queiroz Filho, que já completaram dezoito anos, justifica que eles procedem de comarcas do interior e que, nestas condições permanecem na escola à disposição do Juiz que os encaminhou e que depende do processamento de contatos e da chegada de expedientes; com relação ao controle a castigos excessivos, informa que o Juizado encaminha expediente às autoridades competentes, para proces-

samento dos responsáveis, sempre que constatarem alguma violência, mas que a ocorrência desses casos é muito rara; relativamente ao cheirador de cola diz que é considerado como um enfermo, que necessita de tratamento médico, que lhe é dispensado através do Instituto de Assistência ao Menor. Feita a desintoxicação, ele volta ao convívio familiar, haja vista que na acepção jurídica não é considerado infrator, pois que a lei de Saúde Pública não o rotula como tóxico, mas, quando o caso assume proporções maiores é imposta à família a obrigação de internar o filho em estabelecimento especializado; indagado ainda sobre sua opinião pessoal acerca da contribuição que as Forças Armadas poderiam oferecer para solucionar o problema do menor, manifesta-se favoravelmente, lembrando que este trabalho tem sido feito no interior brasileiro, onde valiosíssimo trabalho de ação social tem sido desenvolvido. Acredita que esse trabalho teria êxito em todo o território nacional, momento para a orientação e encaminhamento do menor, que face ao entusiasmo que sente diante da farda, por certo seria contagiado pela imponência e garbo do soldado, aceitando de bom grado o benefício que se pretendesse dar. Ao finalizar agradece pela oportunidade de expor seu ponto de vista perante a Comissão, colocando-se à disposição na eventualidade de poder colaborar para a consecução dos objetivos da mesma. O senhor Presidente agradece ao Meritíssimo Juiz de Menores pelo seu comparecimento nesta Casa e pela participação ativa nos trabalhos desta Comissão. Agradece, ainda, aos Senhores Deputados, bem como ao Senhor Doutor Antonio Rogério, Superintendente Regional da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, pelo comparecimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrados os trabalhos da presente reunião, convocando outra para o próximo dia vinte e três, às dezessete e trinta horas, ocasião em que será proferida palestra pela doutora Ecléa Guazelli, presidenta da FUNABEM. Para constar, lavro a presente ata, que, após aprovada será pelo Senhor Presidente e por mim assinada, e em seguida, publicada para que produza os efeitos legais.

(aa) MÁRIO CELSO – PRESIDENTE  
MYRTHES MAGDA GOMES – SECRETÁRIA

NONA LEGISLATURA  
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA  
A INVESTIGAR O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO  
E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.

Às dezessete e trinta horas do dia vinte e três de agosto de um mil novecentos e setenta e nove, no anfiteatro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, é aberta, sob a Presidência do Senhor Deputado Mário Celso, a sessão especial, destinada a ouvir a Senhora Ecléa Guazelli, Presidenta da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que aqui comparece atendendo convite formulado pela Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Problema do Menor Abandonado no Paraná. Registra-se a presença dos Senhores Deputados: Airton Cordeiro, José Domingos, João Elísio, membros da comissão; Fabiano Braga Côrtes e Domício Scaramella, respectivamente presidente e primeiro secretário deste Poder, Darcy Deitos, Gilberto Carvalho, Pinto Dias, Nelson Friedrich, Tadeu Lúcio Machado, Renato Bernardi, Antônio Del Ciel, Carlos Zanlorenzi, Antônio Facci, Túlio Zanchet, Nestor Baptista, Jurandir Messias e Luiz Alberto de Oliveira. Registra-se ainda a presença dos Senhores: Carlos Ernesto Calberg, Superintendente Regional do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social; Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Previdência Social; Alcení Angelo Guerra, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previ-

dência Social, Antônio Rogério Matos, Superintendente Regional da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Daniel Paulo Issberner, Delegado de Menores desta Capital, Newton Sérgio Grein, Diretor do Instituto de Assistência ao Menor; Wilson Nunes, representante do Sr. Secretário de Estado dos Negócios do Planejamento; Dirceu Rubens, representante do Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública; Manoel Quevedo Maia, representante do Sr. Delegado Regional do Trabalho; Edson Camargo, da Legião Brasileira de Assistência e da Senhora Maria Bonumá, assessora da conferencista. O Sr. Presidente Mário Celso, após dizer da finalidade maior da CPI, que é coletar subsídios para uma total reformulação do sistema de assistência ao menor no Paraná e oferecê-los às autoridades competentes, através de sugestões que visem a adoção de medidas eficazes ao combate da marginalização de menores, saúda a Sra. Ecléa Guazelli, concedendo-lhe, em seguida, a palavra. A Sra. Ecléa Guazelli tece comentários em torno da realidade brasileira, diagnosticando o problema do menor como a doença de nossa sociedade. Assevera que a problemática do menor envolve valores sócio-econômicos e culturais e que se agrava em virtude de que o desenvolvimento urbano precede ao industrial. Analisa aspectos antropológicos do problema, afirmando que o sistema de ensino volta-se exclusivamente para a classe média, marginalizando os menos favorecidos, haja vista que esses, em virtude da cultura diferenciada pelo contexto distinto em que vivem e de um código de linguagem também diferente, não conseguem comunicar-se numa sala de aula. Enfatiza que a legislação prevê a educação como direito e obrigação numa faixa de sete a quatorze anos e que há um número muito grande de crianças nessa faixa etária fora da escola, o que demonstra uma defasagem entre a legislação de ensino e seu cumprimento, e que, por uma deficiência estrutural, deixa vulnerável a faixa pré-escolar de zero a seis anos, que no seu entendimento é a mais importante. Afirma que, consoante documento do Ministério da Educação e Cultura, há vinte e dois milhões de crianças nessa faixa, preconizando o atendimento nessa faixa como condição "sine qua non" para o desenvolvimento da linguagem, pois que a maioria das crianças carenciadas, pelas circunstâncias em que vivem, sem o devido desenvolvimento psicológico, não conseguem aproveitar a oportunidade de saírem da marginalização ao enfrentarem a primeira barreira do ensino. Pondera também que a falta de alimentação adequada, nos primeiros anos de vida, priva o cérebro de receber o desejado índice de proteínas, podendo ocorrer lesões irreversíveis. Diz ser esse o grande desafio para a busca de soluções, quando se tem presente que a criança de hoje será o adulto do ano dois mil, ocasião em que terá que sobrepujar uma realidade tecnológica mais avançada, o que lhe exigirá fatalmente maior preparo do intelecto. Entre outras assertivas, afirma que o problema se agrava nas grandes concentrações urbanas, onde são compelidos a agir como parte viva de uma sociedade de consumo e não têm satisfeitas suas necessidades básicas. Pondera que, apesar de residir na desintegração familiar a causa primordial do problema do menor, esta é a resultante da estrutura econômica. Analisa, ainda, problemas do menor assistido tais como a auto-valor e condena o internamento como medida profilática e reeducadora, enumerando vários inconvenientes do sistema. Apregoa serem a comunidade e a família ambientes ideais para o pleno desabrochar da personalidade humana. Nesse sentido, apela para a criação de uma consciência nacional, mostrando a necessidade da participação comunitária na solução do problema. Ao finalizar, aborda o problema da reforma do Código de Menores e da Consolidação das Leis do Trabalho, manifestando sua expectativa no sentido de

que a legislação realmente venha a proteger o menor. Para abrir os debates o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro, que inicialmente cumprimenta a oradora pela sua exposição e pela participação efetiva e corajosa como representante da mulher no trato de problemas sociais, ora à frente da Funabem, e, em seguida, indaga da conferencista qual a sua opinião sobre a redução de idade para determinação da responsabilidade. A senhora Ecléa Guazelli, respondendo à questão, manifesta-se frontalmente contra a redução de idade para tal fim. O Senhor Presidente Mário Celso formula uma série de indagações, entre elas: como entende que deva ser reformulado o Código de Menores e se a Funabem foi consultada nesse sentido. A conferencista informa que a Consultoria Jurídica daquela fundação está em contato com os membros da Comissão que estuda o assunto no Congresso e com a Associação dos Juizes de Menores do Brasil. Entre as normas legais que deverão ser reformuladas, cita o instituto da adoção. A propósito da questão relativa à atuação ou não da Funabem junto ao Ministério do Trabalho, visando corrigir distorções de legislação, diz a expositora que se tem procurado influir para que haja modificação da CLT, haja vista que, visando proteger o menor, essa cria dificuldades relativas ao ingresso do menor no mercado de trabalho. Menciona, ainda, proposição do Instituto do Menor do Paraná para a cobertura previdenciária do menor. Sobre verbas que deveriam ter sido aplicadas no setor, afirma serem necessários maiores recursos, que alcancem inclusive as famílias e, nesse sentido, o Paraná vai ser o Estado pioneiro, na canalização de recursos financeiros às famílias para assistir o Menor. Prosseguindo nas informações solicitadas pelo deputado Mário Celso, a oradora assinala que a luta maior tem sido desenvolvida na recuperação da menina infratora, face ao grande preconceito social que pesa sobre a mulher, que a estigmatiza, e face ao processo de promiscuidade em que vive. O Senhor deputado Nelson Friedrich, com a palavra, congratula-se com a oradora pela exposição realística e direta e pelas colocações feitas, indagando da mesma se acredita que, dentro da sistemática político-econômica que se instalou no País, venha a haver possibilidade de solução para o quadro social que apresentou. A Senhora Ecléa Guazelli manifesta a sua esperança de ver resolvido esse problema, de serem corrigidas as injustiças sociais, através de uma democracia plena que se avizinha e quando tem frente a frente a franqueza e liberdade com que os parlamentares os denunciam e debatem atualmente. O Senhor Deputado Gilberto Carvalho, com a palavra, defende a idéia de abrigos para menores, nos Municípios, onde as crianças seriam atendidas durante o dia e voltariam ao convívio familiar no final da tarde. Após afirmar que os municípios estão sobrecarregados para tomar para si esta iniciativa, sugere que a Funabem seja dotada de maiores recursos para a implantação desse sistema, asseverando que, até mesmo as verbas gastas com o Mobral, deveriam reverter em benefício da criança, para serem aplicadas na faixa de zero a sete anos, "evitando-se de manter o Mobral para preparar mais alunos para um futuro mobral", porque com o atendimento correto na faixa sobredita, a criança estará apta a gozar do benefício constitucional previsto para a educação dos sete aos quatorze anos, o que resultaria em ausência de clientela para o Mobral no dia de amanhã. A Senhora Ecléa Guazelli agradece ao deputado Gilberto Carvalho pela excelência de sua proposição, assinalando, todavia, que o atendimento a nível regional é o ideal. O Senhor Daniel Paulo Issberner, Delegado de Menores de Curitiba, usando da palavra, indaga, a propósito de expediente oriundo da Funabem, em trâmites no Poder Executivo, propondo a transformação da atual Delegacia de Proteção ao Menor em uma divisão de Segurança e Proteção do Menor, das vantagens advindas da mesma, relativamente ao atendimento ao Menor, no setor policial. Justifica sua indagação no fato de ter sido

adotada essa sugestão em outros estados brasileiros. A conferencista diz das vantagens da transformação aludida, não só pela infra-estrutura que oferece aos próprios delegados de menores, mas pela oportunidade de se ter um policial especializado que fará o recolhimento, que conheça a circunstância e a realidade social do menor. Como ninguém mais desejasse inquirir a oradora, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, para que, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, faça os agradecimentos à ilustre conferencista. O Sr. Deputado Airton Cordeiro agradece à Sra. Presidenta da FUNABEM pela presença, afirmando que o seu depoimento contribuirá para a formação de uma nova mentalidade voltada para a problemática do menor e de uma atuação verticalizada de todos os poderes para o atingimento dos objetivos finais que são, em última análise, a estruturação sócio-econômica do menor brasileiro. O Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fazendo uso da palavra, agradece a Senhora Ecléa Guazelli pelo seu comparecimento nesta Casa e pela brilhante palestra, manifestando sua esperança de que outras representantes do sexo feminino, imbuídas de idênticos ideais, desponham nesse País, vindicando, com idêntica sensibilidade, soluções para o problema do menor. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece pela presença das autoridades e das demais pessoas e encerra os trabalhos da presente reunião. Para constar, lavro a presente ata, que após aprovada, será pelo Sr. Presidente e por mim assinada.

(aa) MÁRIO CELSO — Presidente  
MYRTHES MAGDA GOMES — Secretária.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

#### DESTINADA A INVESTIGAR O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO NO PARANÁ.

Às quinze horas do dia quatro de outubro de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões, registra-se a presença dos Srs. Deputados Mário Celso e João Elísio. Em virtude da inexistência de "quorum", o Sr. Presidente deixa de abrir os trabalhos da reunião, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia oito, após a sessão plenária. Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Sr. Presidente e por mim assinado.

(aa) MÁRIO CELSO — Presidente.  
MYRTHES MAGDA GOMES — Secretária.

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Às dezessete horas do dia quinze de outubro de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões, registram-se as presenças dos Srs. Deputados Mário Celso e José Tavares. O Sr. Presidente deixa de abrir os trabalhos da reunião, em virtude da inexistência de "quorum", mas determina a confecção do presente termo, para registrar a justificativa dos Srs. Deputados, pertencentes à bancada da Aliança Renovadora Nacional, que atendendo à convocação feita pelo Sr. Líder do Governo nesta Casa para se reunirem com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, deixaram de comparecer. Em seguida, marca nova reunião para a próxima quarta-feira, dia dezessete, às dez e trinta horas.

(aa) MÁRIO CELSO — Presidente.  
MYRTHES MAGDA GOMES — Secretária